

CANDIDATA A **DEPUTADA ESTADUAL SP**
ISADORA
BRIZOLA

Um projeto de Estado para São Paulo
Educação, Trabalho, Cultura e Segurança
tratados como frentes de uma mesma estrutura social.

SÃO PAULO

ELEIÇÕES 2026



SUMÁRIO

Quatro eixos, um só projeto de São Paulo: um plano construído com estudantes, professores, trabalhadores e especialistas: técnico, integrado e revolucionário.

APRESENTAÇÃO O Diagnóstico

3

EIXO 01

EDUCAÇÃO

1.1	Escolas cívico-militares Disciplina é consciência coletiva e não ferramenta punitiva	8
1.2	PEC 9/2023 a retirada de bilhões da nossa educação	9
1.3	Privatização das escolas públicas Educação não é ativo de mercado	10
1.4	Terceirização de professores Magistério é carreira de honra	11
1.5	Falta de diálogo com a APEOESP Um governo mudo e surdo	11
1.6	Ataques à pesquisa o combate ao pensamento crítico como ferramenta de governo	12

EIXO 02

TRABALHO

2.1	Setor público Luta contra privatizações e cortes	16
2.2	Fim da escala 6x1 adesão estadual com incentivo fiscal para acelerar a luta	16
2.3	Trabalhadores terceirizados a "pejotização" da sociedade	17
2.4	Trabalhadores de aplicativo Uma forma moderna para a antiga exploração	19
2.5	Entregadores de aplicativo Cotidiano perigoso, remuneração baixíssima	20

EIXO 03

CULTURA

3.1	Fim das Oficinas Culturais A luta de Tarcísio contra a cultura paulista	25
3.2	Recusa de verbas do Governo Federal uma exposição do descaso	25
3.3	Concessão do Memorial da América Latina e fechamentos de teatros, casas de cultura popular e museus	26
3.4	Música mercado em crescimento sem formação técnica pública correspondente	27

EIXO 04

SEGURANÇA PÚBLICA

4.1	Falta de policiamento a percepção da população	30
4.2	Efetivo reduzido um problema estrutural, não conjuntural	30
4.3	Crime organizado a infiltração na economia formal	31
4.4	A educação como resposta estrutural	32

Um plano de mandato para São Paulo: o trabalhismo como resposta

Educação e trabalho a serem defendidos e planejados. Cultura e Segurança como pilares necessários para renovação das nossas políticas públicas.



POR ISADORA BRIZOLA · SOCIÓLOGA, ESPECIALIZADA EM ECONOMIA E PESQUISADORA.

SOBRE ESTE PLANO

Este documento resulta de meses de pesquisa e de debates com especialistas de diversas áreas. Sobre boa parte das questões aqui tratadas não existe, hoje, um levantamento consolidado: foi preciso cruzar múltiplas fontes, estudar a legislação aplicável a cada tema e construir o diagnóstico praticamente do zero. As propostas foram formuladas em diálogo direto com lideranças de movimentos populares e estudantis, sindicatos de professores e de trabalhadores, e representantes de trabalhadores de aplicativo.

No estado de São Paulo convivem mais de 65 milhões de pessoas, de origens, culturas, etnias, classes sociais e visões de mundo distintas. Desde pelo menos o século XIX, quando a economia cafeeira lançou as bases de sua industrialização, São Paulo é o principal centro econômico e político do país. A industrialização de São Paulo, consolidada no século XX, em conjunto com a imigração, urbanização acelerada e as bem-sucedidas políticas de desenvolvimento, ajudaram o estado a se tornar a maior economia do Brasil. Essa posição histórica, no entanto, nunca correspondeu a uma representação política à altura de seu tamanho e de sua importância.

Nosso estado é complexo e rico, mas extremamente desigual. Sua metrópole é o centro financeiro historicamente industrializado, hoje em franco processo de desindustrialização. Seu interior concentra um dos parques agroindustriais mais pujantes do país, mas segue distante de seu potencial pela falta de investimento em infraestrutura logística. Essa riqueza histórica não chega à maior parte do povo paulista: condições precárias de trabalho, ataques sucessivos à educação pública e os desafios enfrentados no dia a dia mostram que responder pela maior fatia do PIB nacional não garante uma vida melhor para quem produz essa riqueza.

A onda liberal que tomou o Brasil a partir de 2016 prometia eficiência via mercado. A reforma trabalhista de 2017 é o exemplo mais claro de que liberalização não gera, automaticamente, mais emprego ou mais eficiência; o caminho é o oposto: um Estado forte, que defenda seus cidadãos e sua produção. O investimento público direto, motor de um Estado desenvolvimentista, encolheu quase 70% desde 2014, gerando o que economistas chamam de desindustrialização precoce. A indústria de transformação, que representou entre 21% e 36% do PIB nas décadas de 1970 e 1980, opera hoje na faixa de 10% a 14% do PIB; e São Paulo, região historicamente mais industrializada, sofre esse processo com ainda mais intensidade. O resultado não é falta de emprego no estado: é falta de emprego bom. A desindustrialização não elimina postos de trabalho, ela os substitui por ocupações menos qualificadas e pior remuneradas, esvaziando justamente a camada de empregos industriais que historicamente sustentou a mobilidade social paulista. Onde o Estado planejou, a indústria avançou; onde o mercado foi deixado para se autorregular, ela regrediu.

A consequência direta dessa desindustrialização é a reprimarização da pauta exportadora e, falando de São Paulo, isso significa falar do agronegócio. A produção agrária paulista é, em vários pontos, referência para o resto do país: apesar do foco em commodities de exportação, o estado mantém uma base agrícola familiar relevante, com alta taxa de reaproveitamento de matérias-primas e produção de etanol e biocombustíveis. Mas quanto mais a economia se apoia na exportação de matéria-prima em detrimento da indústria de transformação, menos empregos qualificados ela gera internamente.

Um estudo do Banco Mundial, com dados oficiais da Rais e da PNAD, resume o fracasso da tese liberal: os trabalhadores formais ficaram mais baratos, com salários menores, mas o emprego formal também caiu: o sacrifício salarial não entregou o emprego prometido. Quando o desemprego finalmente recuou para 6,9% em 2024, especialistas atribuem a queda a investimento público, políticas de inclusão social, redistribuição de renda e estímulo ao consumo: exatamente o tipo de intervenção estatal direcionada que a tese liberal considerava desnecessária ou nociva.

Essa mesma lógica de Estado mínimo atingiu a educação paulista. Ainda somos referência mundial em pesquisa, com algumas das melhores universidades do país e do mundo, mas essa posição vem sendo corroída por um processo de sucateamento silencioso: cortes de financiamento, precarização das condições de trabalho dos professores e uma pressão crescente para substituir a formação crítica por uma lógica gerencial, voltada à produção de gestores técnicos em detrimento do pensamento crítico. O resultado é o mesmo observado na indústria: não é ausência de escola, é ausência de educação de qualidade. Um estado que abandona o financiamento público da educação corrói, ao mesmo tempo, sua capacidade produtiva e sua capacidade de pensar sobre si mesmo.

Para Isadora Brizola, esse diagnóstico aponta dois problemas centrais e imediatos: Educação e Trabalho. Em construção paralela, mas igualmente necessária, estão Cultura e Segurança. Esses quatro eixos organizam o restante deste plano de mandato.

EIXO 01

EDUCAÇÃO

A revolução será educacional



- 1.1 Escolas cívico-militares
- 1.2 PEC 9/2023 a retirada de bilhões da nossa educação
- 1.3 Privatização das escolas públicas
- 1.4 Terceirização de professores
- 1.5 Falta de diálogo com a APEOESP
- 1.6 Ataques à pesquisa

A revolução será educacional

O PROBLEMA EM NÚMEROS

~100

escolas cívico-militares hoje

com expansão prevista para até 200 em 2026

R\$ 11 bi

retirados da educação em 2025

efeito da PEC 9/2023 no primeiro ano de vigência

52%

dos 250.851 professores da rede

não têm vínculo efetivo, a maioria em contratos precários

O DIAGNÓSTICO

Para a elaboração destas demandas e propostas, consultamos representantes do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) e do Diretório Central Estudantil (DCE) de universidades estaduais.

A educação pública paulista vive hoje uma disputa de fundo sobre que tipo de cidadão o Estado quer formar. De um lado, um projeto que aposta na disciplina e na hierarquia como eixo da escola; do outro, uma tradição pedagógica que aposta na formação de sujeitos autônomos e críticos. Esse embate atravessa tanto o currículo quanto o orçamento da educação paulista, e se manifesta em pelo menos seis frentes: a militarização das escolas, o corte orçamentário, a privatização do sistema público, a terceirização do magistério, a ausência de diálogo com a categoria e os ataques à pesquisa.

Disciplina é consciência coletiva e não ferramenta punitiva

Sem os devidos estudos sociológicos e pedagógicos, o estado de São Paulo já conta com cerca de 100 escolas cívico-militares; programa que o governo pretende expandir para até 200 unidades em 2026, distribuídas na capital e em 88 municípios, afetando uma expectativa de 50 mil estudantes.

Para além da questão pedagógica, há denúncias graves de violência nessas instituições: agressões de policiais militares contra estudantes secundaristas que protestavam na Alesp em maio de 2024, com repercussão nacional; relatos de violência contra professores em escolas já militarizadas; casos de racismo, homofobia e transfobia envolvendo policiais atuando como monitores; e um padrão de rigidez estética e comportamental: como restrições ao cabelo e à aparência, que pesquisadoras da área apontam como contrário à diversidade da escola pública.

O contraste é revelador: em São Paulo há escolas com mensalidade de até R\$ 15.000, cuja proposta pedagógica é o oposto do modelo militar: valorizam cooperação e pensamento crítico. Aos pobres, onde se forma a mão de obra baseada em ordem e obediência, sobra estudar em instituições precarizadas, sem os mesmos incentivos e, por vezes, sob controle militar.

→ NOSSA PROPOSTA

Em oposição ao modelo cívico-militar, resgatamos uma solução já testada na própria história do brizolismo: a expansão dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs/CEUs). Inspirados na visão educacional de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Leonel Brizola, os CIEPs entendem que educar vai além de transmitir conteúdo ou manter disciplina: a escola deve ser espaço de desenvolvimento humano, reunindo ensino em tempo integral, cultura, esporte, saúde, alimentação, assistência social e participação comunitária. Defendemos a criação de novos CEUs, a melhoria dos já existentes e a reversão do projeto de militarização da escola pública.

Pela Emenda à Constituição (PEC) 9/2023, aprovada pela Alesp em novembro de 2024, o governo estadual reduziu de 30% para 25% da receita de impostos o investimento mínimo obrigatório em educação, patamar que vigorava desde a Constituição Estadual de 1989. A redução equivale a 16,5% do orçamento da educação e já retirou cerca de R\$ 11 bilhões dos recursos da educação pública paulista só no primeiro ano de vigência (2025), afetando também o financiamento das universidades estaduais (USP, Unicamp e Unesp). Nossos entrevistados apontaram cortes na ordem de 30% na USP, 46% na Unicamp e 68% na Unesp. Esses cortes influenciam numa das frentes mais importantes da Universidade: a pesquisa e a permanência. E pior, abre espaço para um programa legal de redução progressiva.

→ NOSSA PROPOSTA

Barrar o corte de verbas na educação paulista e nas universidades estaduais, com financiamento assegurado por piso mínimo regulado por lei e sem ônus ao contribuinte, recompondo o patamar de 30% vigente desde 1989. Nesse mesmo eixo, priorizamos o combate à evasão escolar e universitária por meio de políticas de permanência.

Educação não é ativo de mercado

Está em curso um projeto de privatização das escolas públicas paulistas: ao menos 33 escolas já foram privatizadas, em modelo de concessão idealizado pelo BNDES banco de desenvolvimento, com contratos de 25 anos. O governo já autorizou a extensão do modelo para mais 143 novas unidades, o que também reduz a abertura de concursos públicos e afeta a estabilidade dos professores.

A privatização não para nos prédios: alcança também o fornecimento de tecnologia e serviços para toda a rede, e aqui o conflito de interesse é direto. O secretário de Educação, Renato Feder, indicado por Tarcísio de Freitas, é acionista da Multilaser (fabricante de tablets e notebooks) via a offshore Dragon Gem LLC, com 28,16% da empresa. Dos R\$ 988 milhões em contratos vigentes na Seduc-SP para esses equipamentos, mais de R\$ 200 milhões (20,2%) foram para três contratos com a própria Multilaser, assinados um mês depois de Feder ser anunciado secretário. Ou seja: a secretaria que deveria fiscalizar esses contratos é comandada por sócio da empresa contratada. A Multilaser chegou a ser suspensa pela CGU de fechar novos contratos com o poder público por atraso na entrega: apenas 34.368 dos 96.889 notebooks contratados haviam sido entregues no prazo.

A mesma lógica se repete nas plataformas digitais: a rede chegou a acumular 15 plataformas simultâneas, com custo estimado em R\$ 471 milhões em 2024, sem que isso melhorasse o desempenho da rede no Saresp, segundo pesquisa da Rede Escola Pública e Universidade (Repu).

→ NOSSA PROPOSTA

Reversão do projeto de privatização da gestão escolar, retomada de concursos públicos regulares para garantir estabilidade docente, e auditoria independente dos contratos de tecnologia educacional da Seduc-SP, com apuração do conflito de interesse e devolução de recursos mal-empregados.

Magistério é carreira de honra

Do total de 250.851 professores da rede estadual, 52% não são efetivos e esse número só aumentou na gestão Tarcísio. A maioria em vínculos precarizados, sobretudo pela chamada categoria O, contratação temporária renovada ano a ano, sem as mesmas garantias de um cargo efetivo. Esse modelo não é um detalhe administrativo: ele determina a qualidade do ensino. Um professor sem estabilidade tem menos condição de se fixar numa mesma escola, o que rompe a continuidade pedagógica: especialmente grave nas escolas de periferia, onde a rotatividade docente já é historicamente mais alta e onde o vínculo entre professor e turma ao longo dos anos é decisivo para a aprendizagem. A precarização do vínculo empregatício se converte, na prática, em precarização da própria gestão de sala de aula.

→ NOSSA PROPOSTA

Retomada da contratação efetiva de professores via concurso público regular, com plano de carreira estruturado, que reconheça o magistério como profissão de longo prazo. Valorizar o trabalho docente significa entender que a gestão da sala de aula, o vínculo com os estudantes, o conhecimento da turma, a continuidade do projeto pedagógico, se constrói ao longo do tempo, e depende diretamente da estabilidade de quem ensina.

Um governo mudo e surdo

A ausência de mesas de negociação entre o governo estadual e os professores, representados pela APEOESP, é preocupação central. Em 2025 e 2026, o sindicato protocolou pautas de reivindicações junto à Secretaria da Educação sem obter resposta por mais de um mês: prazo que, por si, já indica o lugar que a categoria ocupa nas prioridades do governo. A ausência de resposta não é neutra: ela empurra o sindicato para a paralisação como único instrumento de pressão disponível, gerando sucessivas greves que interrompem o calendário escolar e desgastam professores e estudantes. Um governo que evita a mesa de negociação transfere para a categoria o custo político do próprio silêncio.

→ NOSSA PROPOSTA

Abertura direta de mesa de diálogo entre o mandato e a APEOESP. Diferente do Poder Executivo, um mandato de deputada estadual tem liberdade para convocar essa mesa diretamente, sem depender da boa vontade da Secretaria da Educação. E é esse o compromisso: um canal formal e permanente de negociação com o sindicato, cobrando do governo estadual resposta às pautas protocoladas dentro de prazo razoável.

o combate ao pensamento crítico como ferramenta de governo

As agências de fomento, como a FAPESP, sofrem cortes: o governo Tarcísio propôs reduzir o repasse constitucional de 1% para 0,7% das receitas tributárias do estado, corte estimado em R\$ 600 milhões. O Decreto 70.410/2026 extinguiu mais de 5 mil cargos ligados a institutos de pesquisa em agricultura, meio ambiente e saúde: 2.808 na área de agricultura (institutos como IAC, Biológico e de Economia Agrícola) e 2.102 em institutos da Secretaria de Saúde, incluindo o Instituto Butantan.

→ NOSSA PROPOSTA

Reverter o Decreto 70.410/2026 e a redução do repasse constitucional à FAPESP, recompondo os cargos extintos nos institutos de pesquisa.

EIXO 02

TRABALHO

Novas lógicas do mercado e o desamparo legislativo



- 2.1 Setor público
- 2.2 Fim da escala 6x1
- 2.3 Trabalhadores terceirizados
- 2.4 Trabalhadores de aplicativo
- 2.5 Entregadores de aplicativo

Novas lógicas do mercado e o desamparo legislativo

O PROBLEMA EM NÚMEROS

70%**de toda a desindustrialização do Brasil**

concentrada em São Paulo entre 1985 e 2022

7,1 mi**de paulistas na informalidade**

o maior contingente absoluto de qualquer estado

5,5 mi**trocaram o vínculo formal pela PJ**

no Brasil entre 2022 e 2025, com perdas bilionárias à Previdência

O DIAGNÓSTICO

Para elaborar estas demandas, consultamos historiadores especializados na história do trabalho e dos direitos dos trabalhadores, além de representantes de centrais sindicais, estudantes representantes dos movimentos de Greve, e trabalhadores de app autônomos.

Vivemos hoje um momento de precarização acelerada do trabalho. A reforma trabalhista de 2017 abriu caminho legal para a pejetização, mas o fenômeno vai além dela: novas lógicas de trabalho, ligadas às plataformas digitais e à informalidade, mudaram a relação entre trabalhador e emprego de um jeito que o modelo CLT tradicional não cobre mais. A maioria desses trabalhadores autônomos não deseja migrar para um vínculo CLT regular. Cabe ao Estado, então, adaptar sua atuação a essa nova realidade: defender esses trabalhadores com outra ótica, por um processo gradual, cobrando não do trabalhador, mas do mercado (das próprias empresas e plataformas) que essa nova lógica de trabalho venha acompanhada de proteção.

A principal luta dos trabalhadores hoje é, ainda assim, pelo fim da jornada 6x1.

O excesso de trabalho é hoje um dos principais fatores de adoecimento mental no Brasil. Entre 2023 e 2025, o total de licenças concedidas pelo INSS por transtornos mentais relacionados ao trabalho quase dobrou, de 219,8 mil para 393,6 mil, com os afastamentos por burnout praticamente triplicando no período. São Paulo lidera isoladamente o número desses afastamentos no país, com 107.919 licenças; mais que Minas Gerais e Rio de Janeiro somados. Jornadas prolongadas, metas excessivas e a cultura da disponibilidade constante, intensificada pelo uso de ferramentas digitais fora do horário de trabalho, estão entre os principais fatores apontados por especialistas. Reduzir a jornada de trabalho é reduzir o esgotamento da maioria da população paulista.

São Paulo foi responsável, sozinho, por 70% de toda a desindustrialização do Brasil entre 1985 e 2022; mudança estrutural que não teve resultado neutro. A maior parte da força de trabalho liberada pela indústria migrou para setores de serviços que pagam salários menores, numa troca que estudiosos classificam como ruim para o trabalhador: a perda de trabalho industrial qualificado não foi compensada por empregos de qualidade equivalente, mas por postos mais precários e mal remunerados. Ninguém trabalha em emprego precarizado por gosto: trabalha por ausência de oportunidade melhor.

Luta contra privatizações e cortes

No setor público, a pauta dos trabalhadores se conecta a uma reivindicação mais ampla: a oposição às privatizações de estatais e a luta contra os cortes orçamentários. As privatizações significam fim ou diminuição de concursos públicos, terceirização e precarização dos trabalhos, com perdas na lisura do processo de contratação, diminuição de direitos e fim da estabilidade; os cortes de orçamento representam precarização das estruturas e perdas salariais.

Os casos recentes de São Paulo confirmam esse padrão. Na Sabesp, privatizada em julho de 2024, o quadro de funcionários caiu de 24 mil para 10 mil trabalhadores até o fim daquele ano, em concursos públicos, via Programas de Demissão Voluntária. No mesmo período, o lucro líquido médio anual da companhia saltou de R\$ 3,4 bilhões (2021-2023) para R\$ 9,2 bilhões (2024-2025), enquanto a participação das despesas de pessoal no valor adicionado caiu de 25% para 13,5%. O dinheiro que deixou de ir para os trabalhadores foi parar no lucro.

Na CPTM, a concessão de três linhas (11-Coral, 12-Safira e 13-Jade) à iniciativa privada deixou a companhia estatal com apenas uma linha própria (10-Turquesa) e concentrou R\$ 2,458 bilhões dos R\$ 2,8 bilhões destinados ao sistema nas mãos das concessionárias, que, mesmo assim, transportam menos passageiros e acumularam 27% mais falhas operacionais no primeiro semestre de 2026. Pesquisa Datafolha de julho de 2026 mostrou que a rejeição a essas privatizações é maioria entre os paulistas: 54% contra a venda da Sabesp, 56% contra a privatização do Metrô e 53% contra a das linhas da CPTM.

→ NOSSA PROPOSTA

Oposição direta, no plano legislativo estadual, a novos processos de privatização de estatais e a cortes orçamentários que precarizem o serviço público, com defesa da manutenção e ampliação de concursos públicos regulares e fiscalização dos contratos de concessão já firmados, cobrando transparência sobre destino de recursos e qualidade do serviço prestado à população.

adesão estadual com incentivo fiscal para acelerar a luta

Como a competência para regular jornada de trabalho é majoritariamente federal, o estado precisa agir onde tem poder real. É possível criar um programa de incentivo fiscal: redução de ICMS ou de outros tributos estaduais, para empresas sediadas em São Paulo que adotarem voluntariamente escalas com mais dias de descanso, sem depender da aprovação da PEC federal.

→ NOSSA PROPOSTA

Essa é a própria proposta: reduzir jornada é, na prática, política de bem-estar social, com melhoras diretas na saúde coletiva.

a "pejotização" da sociedade

A reforma trabalhista sancionada por Michel Temer em 2017 foi o ponto de partida de uma nova onda de ataques aos direitos do trabalho. Estamos em 2026, e a qualidade de vida dos trabalhadores, em vários sentidos, é pior que na maior parte do século XX. A pejotização “prática de ocultar vínculos empregatícios sob a fachada de pessoa jurídica”; se consolidou como nova forma de precarização do mercado paulista, e hoje divide até o Judiciário sobre seus limites.

O resultado da reforma, menos de dez anos depois, foi a criação de uma massa de trabalhadores informais: entre 38 e 40 milhões de brasileiros, a depender do período de referência, e mais de 7 milhões de paulistas (7,1 milhões, o maior contingente absoluto de qualquer estado do país), sem a maioria dos direitos que deveriam ter. A promessa de aumento de produtividade nunca se realizou: no período imediatamente posterior, a informalidade bateu recordes sucessivos na série histórica do IBGE, enquanto a geração de vagas formais ficou muito abaixo do prometido.

A economia paulista dá sinais de estagnação relativa. A indústria de transformação, que representou entre 21% e 36% do PIB nas décadas de 1970 e 1980, opera hoje na faixa de 10% a 14%. Para 2026, o crescimento do PIB de São Paulo é projetado entre 1,3% e 1,8% abaixo da média nacional e muito inferior ao de estados menores como Tocantins (3,85%) e Roraima (3,59%), mesmo sendo o estado responsável por cerca de um terço de toda a riqueza produzida no país.

A indústria é um dos grandes fatores de manutenção do trabalho qualificado: aquele metalúrgico tradicional paulista, especializado mesmo sendo operário, está cada vez mais raro. Esse processo acelerado de desindustrialização estimula a multiplicação dos trabalhos informais, pejotizados, precários e autônomos, ajudando a explicar o crescimento exponencial desses grupos.

A pejotização se tornou fenômeno estrutural no mercado de trabalho brasileiro, e São Paulo está no centro dessa transformação. Novos negócios, digitalização de ferramentas, a qualificação superior que hoje já não garante a tão sonhada estabilidade. O estado concentra a maior parte dos pequenos negócios ativos do país (6,9 milhões, 29% do total nacional) e lidera também em número absoluto de novos CNPJs abertos (31,34% do total nacional). Estudo da FGV aponta que 53% dos microempreendedores individuais (MEI) do país atuam, na prática, como trabalhadores terceirizados (não como empreendedores de fato), a chamada "taxa de pejotização" entre os MEIs.

Nacionalmente, entre 2022 e 2025, cerca de 5,5 milhões de trabalhadores abandonaram vínculos formais para atuar como prestadores de serviço PJ: movimento que já provocou perdas estimadas em R\$ 61,4 bilhões para a Previdência Social e R\$ 24,2 bilhões para o FGTS. Já são mais de 7 milhões de trabalhadores atuando por conta própria com CNPJ no Brasil, crescimento de mais de 200% desde a reforma de 2017. Os processos judiciais de "Reconhecimento da Relação de Emprego" na Justiça do Trabalho saltaram de 140 mil em 2020 para mais de 329 mil em 2025 (alta de 135%), com os maiores volumes concentrados justamente em São Paulo e outros estados com forte presença do setor de serviços.

O embate entre o STF e o TST é hoje um dos capítulos centrais dessa disputa. Desde 2018, com o julgamento do Tema 725 (RE 958.252), o STF fixou a tese de que é lícita a terceirização de qualquer atividade, inclusive a atividade-fim das empresas, e passou a usar esse precedente junto à ADPF 324 para cassar sistematicamente, via Reclamações Constitucionais, decisões da Justiça do Trabalho que reconheçam vínculo empregatício em contratos formalizados como PJ, mesmo quando identificada fraude, subordinação e pessoalidade nos casos concretos.

Em 2025, o STF reconheceu repercussão geral no Tema 1389, que deve pacificar definitivamente os limites constitucionais da pejetização, mas, enquanto o julgamento de mérito não ocorre, a Corte já determinou a suspensão nacional de todos os processos sobre o tema em primeira e segunda instâncias, paralisando dezenas de milhares de ações de trabalhadores que buscavam o reconhecimento de seus direitos, inclusive em São Paulo, um dos estados com maior volume de casos.

→ NOSSA PROPOSTA

A história do movimento trabalhista já nos deu lições sobre como enfrentar esse problema. Propomos lei estadual que proíba a administração pública estadual e suas empresas de economia mista de contratar, direta ou indiretamente por meio de terceirizadas, prestadores de serviço PJ em situações que reúnam os elementos clássicos da relação de emprego. Propomos também a criação de um canal estadual de orientação e encaminhamento a trabalhadores pejetizados, vinculado à Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, capaz de esclarecer direitos, auxiliar na documentação de casos de fraude e encaminhá-los ao Ministério Público do Trabalho e à Justiça do Trabalho.

No plano institucional, defendemos que a Assembleia Legislativa de São Paulo aprove moção de apoio à posição da Anamatra no julgamento do Tema 1389 pelo STF, defendendo a distinção jurídica entre terceirização lícita e pejetização fraudulenta. Por fim, defendemos representação junto ao Congresso Nacional para a aprovação de lei federal que regule com clareza os critérios de distinção entre contratação legítima de PJ e vínculo empregatício disfarçado.

Uma forma moderna para a antiga exploração

Para elaborar estas demandas e propostas, consultamos, entre outros, Diego Araújo, representante do movimento Breque dos Apps (voltado aos entregadores de aplicativo), e Luísa Pereira, representante dos motoristas de aplicativo.

Centenas de milhares de paulistas sustentam, todos os dias, a logística de entregas e transporte da cidade, e seguem invisíveis para as políticas públicas do Estado. Segundo o Diário do Transporte (julho/2026), a cidade de São Paulo tem cerca de 3,5 milhões de cadastros de condutores de aplicativo, com 570 mil motoristas de carro ativos por dia. O SindimotoSP estima 650 mil motociclistas atuando no estado, sendo 320 mil na capital. Não existe estatística oficial exata sobre esses trabalhadores no estado: a própria ausência do dado mais básico já expõe a falta de vontade política de um governo que não sabe, e não parece querer saber, quantos são os trabalhadores que deveria proteger.

Cotidiano perigoso, remuneração baixíssima

As longas jornadas, a falta de apoio das empresas de aplicativo e a irresponsabilidade dos governantes colocam em risco a vida de milhões de paulistas todos os dias. Dados apontam que 41,3% dos entregadores de alimentos por aplicativo já sofreram algum acidente durante o trabalho, com mais da metade trabalhando todos os dias da semana em jornadas acima de 10 horas, sem folga. Na cidade de São Paulo, as mortes de motociclistas, muitos deles entregadores aumentaram 20% em 2025, médicos do Hospital das Clínicas relatam que entre 60% e 70% dos casos graves de acidente de moto atendidos estão ligados a aplicativos de entrega. Como o vínculo entre trabalhadores e plataformas não é formal, grande parte desses acidentes sequer é notificada nos sistemas oficiais, agravando a invisibilidade do problema.

Quando a pauta de regulamentação chegou ao Congresso, foi completamente descaracterizada por pressão das próprias plataformas: a luta pela regulamentação, até hoje, nunca foi de fato efetiva. As plataformas, enquanto isso, já criaram mecanismos para escapar até das taxas mínimas atuais: os chamados "programas de incentivo", como o "+Entregas" do iFood, a "Semana Turbina-da" da 99 e o "Prime" da Keeta, que rebaixam na prática a remuneração oferecida. Em manifestação da categoria, BREKE NACIONAL, identificamos uma falha estrutural recorrente no atendimento das plataformas: a ausência de canal humano de suporte para questões de natureza jurídica ou para casos de acidente de trabalho. O atendimento ao entregador é integralmente automatizado, sem possibilidade de contato direto com um responsável da empresa: em casos de acidente ainda é pior, além da ausência de amparo financeiro imediato, custos decorrentes não são cobertos pela plataforma e recaem integralmente sobre o entregador, ainda que se trate do instrumento essencial de sua atividade.

→ NOSSA PROPOSTA

Garantir a fiscalização do piso mínimo, com reajuste pela inflação e recomposição da perda de poder de compra acumulada; regular os "programas de incentivo" das plataformas; construir pontos de apoio físicos e oferecer assistência jurídica; exigir, nas instâncias regulatórias cabíveis, a instituição de canal de atendimento humano com prazo de resposta definido para casos de acidente, questões jurídicas e emergência, e a ampliação da cobertura do seguro obrigatório para incluir custos diretos decorrentes do sinistro, como remoção do veículo e taxas de pátio.

Isadora Brizola, como deputada estadual, não pode regular diretamente essa matéria de âmbito municipal e federal, mas se compromete a pressionar, nas duas esferas, as classes políticas responsáveis por esses direitos, responsabilidade que cabe ao Estado e às empresas de aplicativo. Nunca ao trabalhador.

2.6 Motoristas de aplicativo – o patrão é a plataforma.

Os motoristas de aplicativo têm reivindicações distintas das dos entregadores de moto. A questão de um piso também entra como pilar essencial, e as altas cobranças em cima de cada corrida que ultrapassa o valor de 30% na maioria dos casos. Entre as principais está uma mesa de diálogo maior com as plataformas em relação aos banimentos: queixa recorrente em audiências públicas sobre o setor, com motoristas relatando falta de transparência e banimentos sem justificativa clara. Também é do interesse dos motoristas mais segurança no trânsito, jornadas menores e reajuste das tarifas. Estudos com motoristas de aplicativo mostram jornadas que frequente-

mente ultrapassam 11 horas diárias, chegando a 12 horas ou mais; patamar que consta como limite máximo diário também na proposta de regulamentação do Governo Federal (Grupo de Trabalho Tripartite), debatida com as próprias plataformas.

→ NOSSA PROPOSTA

Mediação estatal para pressionar as plataformas por transparência nos critérios de banimento e criação de canal de mediação de conflitos; apoio às pautas de reajuste tarifário e redução de jornada nas instâncias municipal e federal cabíveis; defesa de mais segurança no trânsito para essa categoria.

Para entregadores e motoristas, a conquista de direitos não será duradoura sem organização e consciência coletiva. Defendemos um marco legal que assegure direitos fundamentais aos trabalhadores de plataformas: contribuição compartilhada para a Previdência Social, cobertura contra acidentes de trabalho, remuneração mínima por hora efetivamente trabalhada, transparência nos critérios dos algoritmos, direito à organização e à negociação coletiva, mecanismos de mediação de conflitos e políticas que incentivem a formalização sem comprometer a inovação. É fundamental também um amplo processo de formação política, educação trabalhista e orientação jurídica voltado a esses trabalhadores. Assim como o movimento operário organizou os trabalhadores da indústria no século XX, o Brasil precisa construir novas formas de organização para o trabalho do século XXI. A tecnologia deve estar a serviço da dignidade humana, não da ampliação das desigualdades.

EIXO 03

CULTURA

Cultura como ferramenta de desenvolvimento e integração



3.1 Fim das Oficinas Culturais

3.2 Recusa de verbas do Governo Federal

3.3 Concessão do Memorial da América Latina e fechamentos de teatros, casas de cultura popular e museus

3.4 Música: um elo entre educação cultura e trabalho

Cultura como ferramenta de desenvolvimento e integração

O PROBLEMA EM NÚMEROS

54**CEUs da Cultura recusados**

verba do PAC federal recusada, afetando 94 municípios

1 de 228**Étecs oferece formação em música**

única unidade fica na capital, entre 345 municípios

1986**ano em que nasceram as Oficinas Culturais**

encerradas pela atual gestão estadual

O DIAGNÓSTICO

Para a elaboração deste eixo, consultamos artistas independentes paulistas e o músico Roberto Viana, presidente do Movimento Cultura Darcy Ribeiro e ex-secretário de cultura de Fortaleza.

De oficinas culturais fechadas a teatros demolidos, o campo cultural paulista atravessa um processo de desmonte que atinge tanto patrimônios históricos quanto políticas de fomento já consolidadas. Esse eixo trata desse padrão e do que está em jogo por trás dele. Na cultura, como em outros campos, São Paulo funciona como farol para o resto do país: políticas culturais bem-sucedidas em nosso estado tendem a ser replicadas em outros lugares. Um dos mais ativos promotores culturais do estado é o Sistema-S, criado por Getúlio Vargas: Sesc, Senai, Sesi e Senac, que mesmo não sendo gerido diretamente pelo estado se destaca pela acessibilidade, por não depender da renda de bilheteria para se sustentar.

Entendemos a cultura como algo integrado a outras políticas públicas: está diretamente ligada à economia, à educação, ao esporte e à segurança pública. No plano educacional, uma juventude com acesso cultural tem mais qualidade educacional e, muitas vezes, um futuro profissional mais interessante do que os empregos precarizados; o jovem que frequenta espaços culturais também fica mais distante de atividades que colocam sua própria existência em risco. Projetos culturais em áreas periféricas e de grande vulnerabilidade costumam ter resultados efetivos no combate à entrada de jovens no crime organizado como demonstram os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA), já em operação em Fortaleza.

A cultura também é hoje um produto econômico de primeira linha, item central de exportação para vários países: Índia, China e Coreia do Sul expandem cada vez mais seus produtos culturais e colhem os resultados disso. Mas não basta promover artistas já consagrados: são igualmente importantes os artistas populares, de rua e pouco conhecidos, e a nossa juventude, para que novos talentos sejam desenvolvidos. A cultura cumpre papel central na construção da identidade de uma região e pode gerar retorno financeiro real para os estados. Promover os ambientes culturais que surgem, espontânea ou organizadamente, em São Paulo é dever de todo paulistano: especialmente de quem ocupa cargos legislativos.

A luta de Tarcísio contra a cultura paulista

O governo estadual encerrou o contrato das Oficinas Culturais; em funcionamento desde 1986 e geridas, desde os anos 1990, pela organização social Poiesis. O fim do contrato resultou em demissões e no encerramento de atividades em unidades históricas, como a Oficina Cultural Oswald de Andrade (Bom Retiro), a Oficina Cultural Alfredo Volpi (Itaquera) e a Oficina Cultural Maestro Juan Serrano (Taipas), além de festivais no interior e no litoral, como o FLI (Festival Literário) e o MIA (Festival de Música Instrumental), as Jornadas de Gestão Cultural e o Programa de Qualificação em Artes para grupos e coletivos. O gasto estatal para manter as Oficinas Culturais era relativamente pequeno; a decisão de encerrá-las é essencialmente política: a atual gestão estadual não busca expandir a cultura, mas atacar a cultura popular paulista.

→ NOSSA PROPOSTA

Retomada e fortalecimento das Oficinas Culturais como política de Estado permanente, com gestão direta ou por meio de novo contrato de gestão transparente e fiscalizado; não sua extinção, possibilitando a reabertura de unidades históricas como a Oswald de Andrade.

uma exposição do descaso

A Secretaria de Cultura estadual recusou a adesão ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal, abrindo mão de repasses que viabilizariam a construção dos "CEUs da Cultura" no estado: havia previsão inicial de 54 unidades, com representantes de 94 cidades paulistas tendo enviado projetos. Recusar investimento público federal por motivos meramente políticos é uma afronta ao povo paulista: não interessa se o atual governador gosta ou não do atual presidente, mas que cumpra sua função; da qual não consta recusar investimentos. Fontes: Brasil 247; Metrôpoles.

→ NOSSA PROPOSTA

Adesão do estado de São Paulo ao PAC do Governo Federal para a construção dos CEUs da Cultura, revertendo a recusa atual e garantindo aos 94 municípios que enviaram projetos o acesso a esses equipamentos; investimento federal que não custaria recursos próprios ao Estado e ampliaria o acesso à cultura nas periferias.

Concessão do Memorial da América Latina e fechamentos de teatros, casas de cultura popular e museus

Planos e estudos do governo paulista para a concessão à iniciativa privada de espaços como o Memorial da América Latina levantam debates sobre o destino desse patrimônio de relevância pública e histórica. Um espaço sempre aberto aos paulistas, que estimulava a cultura com exposições, shows e encontros gratuitos ou de baixo custo, pode se tornar um espaço privado voltado ao lucro; com festivais caríssimos no lugar da programação acessível.

→ NOSSA PROPOSTA

Legislar em proteção a patrimônios públicos culturais do Estado de São Paulo. Lei que vede a concessão do Memorial da América Latina e de outros espaços de relevância histórica à iniciativa privada sem antes esgotar alternativas de gestão pública qualificada, com consulta pública obrigatória e participação de conselhos culturais na decisão sobre o destino desses patrimônios.

→ PROPOSTA COMPLEMENTAR

Paralelamente, há um movimento mais amplo de fechamento e ameaça a espaços culturais independentes, concentrado sobretudo na capital, casos como a remoção arbitrária da sede da Cia. Mungunzá e o fechamento de pontos de cultura popular na região do Bixiga, como o Samba do Cruz, mostram um padrão de desmonte que também exige resposta do Estado. Defendemos a criação de um programa estadual de reconhecimento e proteção a polos culturais independentes, impedindo remoções arbitrárias sem antes garantir alternativas dignas de permanência ou realocação aos coletivos artísticos. O ProAC (Lei Estadual nº 12.268/2006) já demonstra que São Paulo tem um modelo de fomento cultural bem-sucedido; em quase duas décadas, aplicou R\$ 2,6 bilhões em mais de 31 mil projetos culturais em todo o estado, e a tarefa agora é expandir o que já funciona nas políticas culturais paulistas, protegendo-o dos cortes.

O mercado fonográfico brasileiro está em expansão consistente: cresceu 14% em 2025, gerou R\$ 4 bilhões no ano e colocou o Brasil como o 8º maior mercado musical do mundo, com 16 anos seguidos de crescimento puxados pelo streaming, que hoje responde por mais de 85% da receita do setor. Apesar disso, a rede pública de ensino técnico do estado não acompanha essa realidade: das 228 Etecs do Centro Paula Souza distribuídas em 345 municípios, apenas uma, a Etec de Artes, na capital, oferece formação técnica gratuita ligada à música. Um jovem do interior ou da periferia que sonha em trabalhar com música, seja como músico, seja nas frentes técnicas e administrativas da cadeia produtiva, não encontra na rede pública estadual um caminho de formação profissional minimamente distribuído.

→ NOSSA PROPOSTA

Criação de uma escola técnica de produção musical, podendo começar como oficinas regionais antes de se consolidar como unidade plena, formando não só músicos, mas as diferentes carreiras que sustentam a cadeia da música: produção musical, gestão e técnica de áudio, produção de eventos e shows, e gestão administrativa de carreira (empresariado, direitos autorais, booking). O objetivo é profissionalizar o setor pela raiz, oferecendo alternativas reais de carreira além do palco.

→ PROPOSTA COMPLEMENTAR

Assim como os trabalhadores de aplicativo e os pejetizados discutidos no eixo trabalho, boa parte da categoria musical opera fora da lógica CLT tradicional, por conta própria ou, ocasionalmente, como PJ, sem uma mesa de representação equivalente à de outras categorias já tratadas neste plano. Defendemos a abertura de um canal permanente de diálogo entre o mandato e representantes do setor musical e da produção cultural independente, com a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Educação, para construir, junto com a categoria, um caminho de profissionalização que reconheça essa lógica de trabalho autônoma sem abandonar a proteção do trabalhador.

EIXO 04

SEGURANÇA PÚBLICA

Tratar as causas, não só as consequências



- 4.1 Falta de policiamento
- 4.2 Efetivo reduzido
- 4.3 Crime organizado
- 4.4 A educação como resposta estrutural

Tratar as causas, não só as consequências

O PROBLEMA EM NÚMEROS

20%**apontam a falta de policiamento**

como o principal problema, segundo Datafolha, julho/2026

-8,9%**de efetivo na Polícia Militar**

queda entre 2013 e 2023, com a Civil recuando 19,5%

até 11%**do PIB é o custo das facções**

entre R\$ 1,3 e R\$ 1,5 trilhão por ano no país

O DIAGNÓSTICO

Nos últimos anos, o estado de São Paulo passou por uma tendência preocupante em suas políticas de segurança pública. O padrão observado é o de priorização dos confrontos, com mais letalidade e mais encarceramento. Esta metodologia não entrega à população a segurança prometida. Os próprios paulistas parecem perceber isso; mais do que crimes específicos, o que mais incomoda é a ausência do Estado nas ruas. E é justamente aí, na compreensão de que segurança pública não se resume a policiamento ostensivo, que a educação se torna indispensável. Sem investimento sério em permanência escolar, qualificação profissional e oportunidades para a juventude periférica, o ciclo de violência, aliciamento por facções e desconfiança nas instituições tende a se perpetuar, não importa quantas operações policiais sejam deflagradas. Sem acesso a educação de qualidade, a espaços culturais, à prática de esporte e sem sentir os laços comunitários, em uma sociedade que o abandona, nossa juventude vira presa fácil para más escolhas. É preciso também romper com uma leitura estreita da segurança pública, que enxerga o problema apenas na periferia e nos pequenos delitos (assaltos, furtos, tráfico de rua no varejo). Essa leitura trata como circunstancial o que é, na verdade, estrutural: o crime organizado está hoje estreitamente conectado à máquina pública, via contratos, licitações e omissão fiscal, e encontra proteção direta no mercado privado formal, do mercado financeiro às fintechs, dos fundos de investimento aos grandes contratos empresariais. A face mais sofisticada e mais lucrativa do crime organizado não opera na periferia: opera no centro do sistema financeiro, com respaldo institucional. Tratamos esse ponto com mais profundidade adiante, na seção sobre a infiltração do crime organizado na economia formal.

a percepção da população

Pesquisa Datafolha divulgada em julho de 2026 mostrou que a falta de policiamento ou de efetivo nas ruas é hoje o problema mais citado pelos paulistas quando o assunto é segurança pública: 20% dos entrevistados, à frente de assaltos (11%) e tráfico de drogas (8%). A percepção é mais forte na capital e região metropolitana (24%) do que no interior (17%), e é compartilhada tanto por eleitores do atual governo quanto da oposição; um consenso raro sobre o diagnóstico, ainda que não sobre as soluções.

→ NOSSA PROPOSTA

Priorizar o policiamento comunitário e preventivo, entendendo o aumento da desigualdade social como uma das raízes centrais da insegurança; territorializando a presença do Estado nas regiões de maior vulnerabilidade e fortalecendo canais de participação comunitária na definição de prioridades locais de segurança.

um problema estrutural, não conjuntural

Essa percepção não é infundada. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre 2013 e 2023 o efetivo da Polícia Militar paulista caiu de 89.869 para 80.037 policiais (-8,9%), enquanto a Polícia Civil encolheu 19,5% no mesmo período. Em março de 2026, o déficit da PM em relação ao efetivo previsto em lei era de 11.834 policiais; quase 13% do quadro legal, uma leve melhora frente ao pico de 2023, mas ainda um patamar crítico que sobrecarrega o policiamento preventivo.

Um efetivo insuficiente empurra o modelo de policiamento para a lógica reativa e de confronto pontual, visível nas operações de alta letalidade Escudo e Verão, na Baixada Santista, que resultaram em 84 mortes entre 2023 e 2025 sem reduzir de forma sustentável os índices de criminalidade na região, em vez de viabilizar o policiamento comunitário, preventivo e territorializado, historicamente mais eficaz para romper o ciclo de recrutamento de jovens pelo crime organizado.

→ NOSSA PROPOSTA

Recomposição do efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil via concurso público regular, até zerar o déficit legal, e substituição gradual do modelo de operações de confronto pontual, por policiamento territorializado e preventivo, com metas de redução de letalidade policial monitoradas publicamente.

a infiltração na economia formal

A Operação Carbono Oculto, deflagrada em agosto de 2025 pela Receita Federal e pelo Ministério Público, é considerada a maior investigação já realizada no país contra a infiltração do crime organizado na economia formal: com ramificações diretas no mercado financeiro paulista, inclusive na Faria Lima. A apuração revelou como o PCC deixou de depender só do tráfico para se tornar um ator econômico sofisticado: o esquema movimentou cerca de R\$ 10 bilhões em importações ilícitas de combustíveis, R\$ 52 bilhões em vendas no varejo por meio de mais de mil postos de gasolina vinculados à organização, e R\$ 46 bilhões em transações via fintechs clandestinas operando como bancos paralelos entre 2020 e 2024. Foram identificados 40 fundos de investimento controlados pela organização, com patrimônio superior a R\$ 30 bilhões. Nacionalmente, estima-se que facções criminosas já imponham um custo econômico de até 11% do PIB brasileiro: entre R\$ 1,3 trilhão e R\$ 1,5 trilhão, e o setor de combustíveis, sozinho, já responde por cerca de 40% da receita das facções, superando o tráfico de drogas.

→ NOSSA PROPOSTA

No âmbito estadual, o crime organizado precisa deixar de ser tratado apenas como problema de policiamento e passar a ser enfrentado também como fraude fiscal e financeira, além da atuação protegida por uma camada política. Defendemos o fortalecimento orçamentário e institucional do GAECO (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, do Ministério Público de SP), o reforço da fiscalização da Secretaria da Fazenda sobre a sonegação de ICMS na cadeia de combustíveis, um dos principais mecanismos usados pelas facções para lavar dinheiro, e cooperação institucional plena da Assembleia Legislativa com as investigações federais em curso, inclusive por meio de CPIs estaduais quando necessário.

Diante desse quadro, fica evidente que a segurança pública em São Paulo não será resolvida apenas com mais armamento ou mais operações repressivas. É consenso entre pesquisadores da área que a redução da evasão escolar é um dos fatores mais negligenciados nas políticas de segurança pública brasileiras, apesar de estudos mostrarem relação direta entre baixa escolaridade e envolvimento juvenil com atividades ilícitas: quanto maiores as taxas de escolarização, menores tendem a ser os registros de violência. Jovens fora da escola, especialmente em regiões periféricas e de baixa renda, ficam mais expostos tanto ao risco de aliciamento por organizações criminosas quanto à própria violência policial e criminal.

A educação e o trabalho atuam na raiz do problema de segurança pública de forma que nenhuma operação policial consegue: amplia oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal, desenvolve habilidades socioemocionais e fortalece o senso de pertencimento e cidadania. Investir em permanência escolar, ampliar vagas de ensino técnico e integral e garantir infraestrutura educacional nas regiões mais vulneráveis do estado não é uma alternativa à segurança pública: é parte constitutiva dela.

→ NOSSA PROPOSTA

Tratar a permanência escolar como política de segurança pública, não apenas de educação, com integração de dados entre a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Educação para identificar precocemente estudantes em risco de evasão nas regiões de maior incidência de aliciamento por facções, e priorização, justamente nessas regiões, dos investimentos educacionais e culturais já defendidos neste plano (CIEPs/CEUs, oficinas culturais, permanência universitária).

Nosso mandato é um projeto de Estado e precisamos do seu apoio!

Este plano de mandato foi construído de forma coletiva, a partir de diálogo direto com sindicatos, movimentos populares, estudantis e culturais, historiadores e especialistas de diferentes áreas, não como um documento de gabinete, mas como um projeto de políticas públicas para o estado de São Paulo, construído com quem vive, todos os dias, os problemas que aqui tratamos. Educação, trabalho, cultura e segurança não são eixos isolados: são frentes de uma mesma estrutura social, e é assim que este plano os trata, de forma integrada, técnica e crítica.

Por que votar em Isadora Brizola? Porque este plano defende algo ao mesmo tempo contemporâneo e enraizado numa tradição concreta: a de um Estado que cumpre seu papel de proteção ao trabalho e à educação, como sempre defendeu o trabalhismo brasileiro. Isadora Brizola representa hoje a frente que se opõe, ponto a ponto, ao projeto de Tarcísio de Freitas para São Paulo, um projeto que aprofunda, em todos os pontos aqui tratados, o desmonte das estruturas que sustentam a vida do povo paulista. Este mandato não é uma proposta entre outras: é técnico, é construído, é lapidado, e carrega o compromisso com um legado, o legado brizolista, que atravessa com clareza cada eixo deste plano.

CANDIDATA A DEPUTADA ESTADUAL SP

**ISADORA
BRIZOLA**

PDT • SÃO PAULO

ELEIÇÕES 2026

CANDIDATA A **DEPUTADA ESTADUAL SP**
ISADORA
BRIZOLA

A Revolução é Educacional!
São Paulo à altura do seu povo.

